

O PARADOXO LIBERAL NA REPÚBLICA VELHA (1889-1930)

Guilherme da Cruz Backes*

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo precípua analisar o paradoxo do regime liberal, durante a República Velha, no Brasil (1889-1930). Cabe ressaltar que a economia brasileira desse período era basicamente agro-exportadora, cujo principal pilar de sustentação era a cafeicultura, uma economia de escala responsável pelo afluxo de altas somas de divisas internacionais ao Tesouro nacional. Apesar de o liberalismo ser a ideologia vigente nos principais círculos intelectuais e, até mesmo, nas práticas dos sucessivos governantes do período abordado, algumas intervenções foram estabelecidas, na economia da jovem república brasileira. Nesse sentido, o artigo objetiva, pois, averiguar as causas centrípetas que ocasionaram a presença econômica do Estado, em momentos decisivos para os interesses brasileiros, em um contexto de industrialização ainda incipiente, no país, e de desenvolvimento do capital financeiro, nas principais economias da virada do século XIX para o XX.

Palavras-chave: República Velha; liberalismo; Grande Depressão; Primeira Guerra Mundial; economia cafeeira.

ABSTRACT

The present study has as the main objective to analyze the paradox of the liberal regime, during the Old Republic, in Brazil (1889-1930). It is important to state that the Brazilian economy of that period was essentially agri-exporting, whose principal base was the coffee culture, an scale economy responsible by the influx of high levels of international currencies to the national Treasury. Despite the liberalism be the current ideology in the main scholar circles and, even, in the successive governor's practices in the addressed time, some interventions were established, in the youthful Brazilian republic's economy. In that case, the article aims, therefore, to investigate the centripetal causes which provoked the economic presence of the State, in decisive moments for the Brazilian

* Acadêmico do Curso de Relações Internacionais
Universidade Federal de Santa Maria

interesting, in a context of incipient industrialization, in the country, and of the development of the financial capital, in the major economies from the XIX and XX centuries.

Key-Words: Old Republic; liberalism; Great Depression, First World War; coffee culture economy.

1 INTRODUÇÃO

O golpe militar de 15 de novembro de 1889 instituiu a república, em um país que outrora havia sido o único a constituir um sistema monarquista, nas Américas. A República Velha, então chamada pela historiografia oficial, pode ser dividida em duas importantes fases: a dizer, República da Espada (1889-1894) e República Oligárquica (1895-1930). A primeira delas deve seu nome à eminência política do Exército com os dois primeiros presidentes – Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Já o segundo período diz respeito à importância da oligarquia cafeeira até a Revolução de 1930.

Ao se estudar esse período da história econômica do Brasil, torna-se premente abordar o aspecto controverso do Estado republicano da época. Conforme afirma STEVEN TOPIK (1987), a despeito dessa república ter-se baseado em premissas federalistas, portanto, altamente descentralizada, quando os interesses brasileiros eram colocados em xeque pelo funcionamento da economia de mercado, o Estado intervinha na economia com o intuito de auferir vantagens, na esfera internacional, ou, na maior parte das vezes, de atenuar os malefícios provocados pelo livre-cambismo.

O Estado republicano era bem mais economicamente ativo do que se supunha geralmente, mas ele era também mais centralizado. O governo federal dispunha de receitas, despesas e forças armadas bem maiores que todos os estados juntos. Ele também controlava muito maior número de empresas públicas, como bancos, ferrovias, linhas de navegação e serviços telegráficos do que os estados. E, acima de tudo, o seu poder formal, especialmente no que diz respeito ao setor internacional, era muito maior (p.187).

Este estudo não tem como objetivo específico dar suporte à idéia segundo a qual os princípios do livre comércio *sempre* têm como perspicua consequência a pretensa exploração econômica, além da distribuição desigual das rendas auferidas, no comércio

internacional. No entanto, para uma economia agro-exportadora – como era o caso brasileiro –, não apenas as benesses, mas também os efeitos nefastos do livre-cambismo tornam-se evidentes.

Além disso, por mais que o Estado tenha promovido intervenções a fim de que os sucessivos desequilíbrios econômicos fossem solucionados, a doutrina do liberalismo sobrepunha-se, na condução das políticas econômicas do governo federal. Por mais que essas esporádicas intervenções tivessem como função a preservação dos próprios mecanismos do liberalismo, a ampla resistência a elas - por parte de políticos, de setores liberais da imprensa, de cafeicultores e, até mesmo, de muitos industriais – denota a falta de flexibilidade de tal doutrina, mesmo que a intervenção estatal tenha como fim último o restabelecimento do equilíbrio da economia nacional a longo prazo. Entretanto, concomitante a isso, as contingências estabelecidas pela economia cafeeira prescindiram o regulamento do mercado por suas próprias leis, inserindo o Estado, no gerenciamento de algumas externalidades, típicas de tal economia. O que se torna evidente, pois, é a capacidade do liberalismo de adaptar-se às incertezas do mercado e, ao mesmo tempo, a impossibilidade de preservação das práticas liberais, quando elevadas ao seu extremo. Com relação ao mercado auto-regulável, KARL POLANYI (1980) argumenta:

Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto. Inevitavelmente, a sociedade teria que tomar medidas para se proteger, mas, quaisquer que tenham sido essas medidas elas prejudicariam a auto-regulação do mercado, desorganizariam a vida industrial e, assim, ameaçariam a sociedade em mais de uma maneira (p.18).

No caso brasileiro, o principal foco de interesse desta pesquisa centra-se na relação estabelecida durante mais de quatro décadas – durante a República Velha - entre as práticas do *laissez faire* e o desenvolvimento econômico brasileiro, de forma geral. Tal relação evidencia-se ora na convergência, ora na divergência. Dessa tensão latente ou explícita é que a intervenção estatal faz-se, portanto, imperiosa.

2 ELUCIDANDO A TEORIA LIBERAL

Uma abordagem – por mais superficial que seja ela – acerca do pensamento liberal deve partir da singularidade e da importância de Adam Smith, não apenas para o liberalismo como também para a própria Ciência Econômica. Na obra *A Riqueza das Nações*, esse pensador escocês discorre a respeito da imprescindibilidade do livre comércio, em um contexto econômico em que o mercantilismo imperava nas práticas estatais das maiores potências marítimas da Europa. Em outras palavras, essa primeira abordagem sistêmica sobre economia assevera que a “expansão e liberação dos mercados e a acumulação de capital são meios fundamentais” (CARNEIRO, 1997, p.17) para a ampliação da produtividade do trabalho, ou seja, para a intensificação da divisão do trabalho. Sintetizando a teoria smithiana, SILVIA POSSAS afirma:

A “mão invisível” é uma imagem metafórica, pela qual Smith argumentava que, apesar de as decisões numa economia de mercado serem tomadas de modo descentralizado pelos produtores, seguindo seus próprios interesses egoístas, elas levam à consecução dos melhores interesses do conjunto da sociedade. A mão invisível do livre comércio é que dá coerência e eficácia a essas decisões e que compatibiliza busca de interesses privados e bem público. O principal motivo para isso é que a elevação da produtividade permite que todos ganhem. Os indivíduos percebem que podem se tornar mais ricos ao se especializarem numa atividade particular e, assim, contribuem, mesmo que de forma não-intencional, para o aprofundamento da divisão do trabalho. Portanto, ao buscarem seu próprio interesse, sem necessidade de nenhuma intervenção legal, colaboram para o crescimento do conjunto da riqueza da nação (CARNEIRO, 1997, p.22).

Ainda segundo as concepções formuladas por Adam Smith, a teoria das vantagens absolutas foi uma das suas maiores contribuições para as teorias de comércio internacional, conforme atesta MAIA (2003). Segundo essa teoria:

(...) cada país pode produzir determinada mercadoria com custos menores que os outros. (...) Conseqüentemente, esse país se beneficiará se exportar essa mercadoria e importar as outras. Isso proporcionará aos países vantagens recíprocas. Isto é, o benefício é desse país, que

comprará produtos mais baratos, e também dos outros, que pagarão com produtos que lhes custarão menos (p. 346-347).

Não obstante, a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo aborda não os custos absolutos, mas sim os custos relativos das mercadorias. Para esse autor, por mais que um determinado país não demonstre algum tipo de vantagem *a priori*, ele deve especializar-se no que faz de melhor, de modo que o comércio internacional seja benéfico para todos os participantes. A despeito de algumas diferenças de análise, ambos os autores convergem em afirmar que a especialização é um elemento-chave para o progresso do comércio internacional bem como para o desenvolvimento das economias nacionais.

Autores do final do século XIX e início do século ulterior também contribuíram amplamente para o aprofundamento teórico da concepção liberal. Jevons, Menger e Walras foram os principais responsáveis pela formulação da teoria do valor-utilidade – em contraposição ao valor-trabalho dos clássicos –, doravante, cerne da ortodoxia neoclássica. Cabe aqui, a título de compreensão, abordar sucintamente o que há de comum entre as diferentes formulações dessa teoria, chamada de marginalista. Para seus seguidores, princípios básicos como troca de mercado, comportamento calculista, racional e maximizador dos agentes econômicos, inexistência de diferentes classes sociais e harmonia universal criada pela “mão invisível” norteiam a economia de mercado. Além disso, esses economistas baseiam seu arcabouço teórico nas idéias de que: existe um grande número de compradores e vendedores, sem poder efetivo para afetar, de maneira individual, o mercado; há uma grande facilidade para qualquer firma entrar ou sair dos complexos industriais; os insumos e os produtos são homogêneos; não existe incerteza quanto ao futuro; o conhecimento sobre as alternativas de venda e de compra é amplamente difundido entre os agentes econômicos. Todas essas premissas conduzem à perspectiva de estabilidade econômica a longo prazo.

Com base nas condições de maximização da utilidade e do lucro, os economistas neoclássicos construíram um edifício bem organizado, simétrico e esteticamente agradável, dedutivo e matemático, que “prova” que, em condições de concorrência, os consumidores que maximizem a utilidade e que façam trocas, bem como os empresários que maximizem os lucros e que façam trocas, automaticamente agirão e

interagirão de maneira a maximizar o bem-estar social (HUNT, 1981, p.407).

Por fim, cabe salientar a importância teórica de FRIEDRICH HAYEK (1990). Esse economista austríaco, na obra *O Caminho da Servidão*, tendo como alvo o Partido Trabalhista britânico, em um contexto de reconstrução da Europa, após a Segunda Guerra Mundial, sob forte intervenção do Estado, na economia, afirma:

A recusa de ceder a forças que não podemos compreender nem reconhecer como decisões conscientemente tomadas por um ser inteligente é fruto de um racionalismo incompleto e por conseguinte errôneo. Tal racionalismo é incompleto porque não chega a compreender que a combinação dos múltiplos esforços individuais numa sociedade complexa deve levar em conta fatos que nenhum indivíduo pode controlar inteiramente. Também não percebe que, para essa sociedade complexa não ser destruída, a única alternativa à submissão ante as forças impessoais e aparentemente irracionais do mercado é a submissão ao poder igualmente incontrolável e portanto arbitrário de outros homens. Na ânsia de escapar às irritantes restrições que o tolhem no momento atual, o homem não vê que as novas restrições autoritárias que terão de lhe ser impostas deliberadamente no lugar daquelas serão ainda mais penosas (p.192).

Ainda que o alvo da contundente crítica de Hayek seja a intervenção estatal na economia, após a Segunda Grande Guerra – período que transcende o objetivo aqui explicitado –, sua teoria deve ser abordada, na medida em que essas idéias podem ser, facilmente, coadunadas às críticas dos liberais mais radicais, quando da necessidade de gerenciamento econômico por parte do Estado, durante a República Velha.

3 UMA BREVE REVISÃO HISTÓRICA SOBRE A REPÚBLICA VELHA (1889-1930)

3.1 Os efeitos de uma nova realidade política no Brasil

Quando a República Velha foi instituída, no ano de 1889, o Brasil encontrava-se em uma posição de significativa subordinação e dependência de fatores externos. O principal produto de exportação era o café – não mais do Vale do Paraíba, mas sim do oeste de São Paulo -, fonte de ouro e de divisas internacionais para a estabilidade do Balanço de Pagamentos do país. Entretanto, a falta de uma economia altamente diversificada, a ausência de um setor industrializado e, por conseguinte, de uma burguesia nacional, limitavam o equilíbrio da economia brasileira, como as sucessivas crises comprovam – fato que foi explicitado, mais tarde, com a crise da década de 1930.

A economia mercantil-escravista cafeeira nacional é obra do capital mercantil nacional, que se viera formando, por assim dizer, nos poros da colônia, mas ganhara notável impulso com a queda do monopólio de comércio metropolitano e com o surgimento de um muito embrionário sistema monetário nacional, conseqüências da vinda, para o Brasil, da Família Real, o passo decisivo para a formação do Estado Nacional (MELLO, 1982, p. 54).

Entretanto, após a abolição da escravidão, generalizou-se, nas mais variadas camadas sociais, a convicção de que era necessário procurar novas fontes de riqueza fora da esfera da agricultura. Na fase de transição para a república - período bastante conturbado da história política brasileira –, o chamado “Encilhamento¹” foi responsável pela proliferação de sociedades anônimas bem como pelo elevado índice de especulações financeiras.

Nenhum dos freios que a moral e a convenção do Império antepunham ao espírito especulativo e de negócios subsistirá; a ambição do lucro e do enriquecimento consagrar-se-á como um valor social (JÚNIOR, 2008, p.209).

Sendo assim, ao mesmo tempo em que as forças produtivas eram desenvolvidas, os contrastes e as contradições dessa economia exportadora eram, cada vez mais, acentuados. A dependência do comércio internacional e, posteriormente – com a alta densidade de imigrantes europeus trabalhando, nos principais cafezais do país – da mão-

¹ A política de “Encilhamento” foi adotada pelo governo provisório de Deodoro da Fonseca, sob o ministério de Rui Barbosa, para fomentar a industrialização da economia brasileira. No entanto, essa medida ocasionou o aumento dos fluxos monetários, os altos índices de especulação financeira e a inflação, porquanto no plano do governo não havia consistentes requisitos para a concessão desses créditos.

de-obra assalariada tornava o desenvolvimento econômico do país limitado devido a sua própria essência, isto é, não apenas fatores exógenos, mas também fatores endógenos corroboravam para o subdesenvolvimento da economia nacional.

Os primeiros anos após a proclamação da república foram de extrema instabilidade para a economia brasileira. A respeito disso, CAIO PRADO JÚNIOR (2008), discorre:

O progresso das atividades econômicas, muito acentuado nesse período, determinara uma relativa escassez de moeda que por falta de um sistema organizado e normal de emissões que mantivesse automaticamente certo equilíbrio entre o volume monetário e as necessidades financeiras, tinha por isso de ser atendida, como já fora em outras conjunturas semelhantes, por medidas de emergência e mais ou menos arbitrárias (p.218-219).

Já com o quarto presidente dessa fase republicana – Campos Sales - o Brasil contraiu uma dívida com banqueiros europeus, cujas negociações haviam sido iniciadas com Prudente de Moraes². Todavia, o segundo presidente civil teve a seu favor o fato de que as exportações de cacau, de borracha e, principalmente, de café encontravam-se em sua melhor fase, sendo que o Brasil praticamente dominava, sem qualquer ameaça por parte de algum concorrente, o mercado externo com seus produtos.

Como todos os chefes de Estado até 1930, restringia a economia aos seus aspectos puramente financeiros e se achava obcecado pela preocupação do “câmbio ao par” e do ingresso, no país, de libras esterlinas. Não possuía – e isso constituía uma deficiência geral – qualquer noção adequada dos problemas reais do desenvolvimento. Obteve, sem dúvida, com sua política de finanças, brilhantes resultados, mas não demoraram estes a se mostrar efêmeros, pois, faltava-lhe, na verdade, base econômica (LOBO, 1975, p.351).

Posteriormente, no ano de 1906, as primeiras conseqüências da superprodução foram sentidas. A baixa qualidade do café e sua conseqüente perda de competitividade, no

²O chamado *Funding Loan* foi uma medida estabelecida pelo governo de Campos Sales, por meio de seu ministro da Fazenda, Joaquim Murtinho, em 1898, que visava à concessão de empréstimo de banqueiros europeus afim de que o problema da dívida externa fosse controlado.

mercado externo, foram sustentadas pelo governo brasileiro até o completo colapso desse sistema, quando o governo viu-se obrigado a queimar toneladas de sacas de café a fim de que o preço fosse defendido. Além disso, o governo também obrigou-se a estimular a diversificação da economia, por meio da policultura. Mas antes desse esboroamento da economia agro-exportadora, Marechal Hermes – presidente de 1910 a 1914 – não apenas permitiu a emissão de papel-moeda inconvertível como também ampliou o sistema de empréstimos concedidos por banqueiros europeus ao Brasil. Apesar do surto animador de fomento das indústrias, durante a Primeira Guerra Mundial, e do surto da borracha, no norte do país, LOBO (1975) afirma que:

O empecilho à industrialização, proveniente da necessidade de importarmos máquinas e instrumentos somente poderia ser removido quando aqui tivéssemos uma indústria siderúrgica bem desenvolvida, isto é, quando passássemos a produzir ferro e aço de qualidade satisfatória, em quantidade suficiente para nossas necessidades (p.356).

Assim sendo, o que se verifica é que a Grande Depressão de 1930 fora antecedida por inúmeras crises de superprodução do café, no setor doméstico. Para conter essas externalidades – efeitos nefastos do livre comércio -, o Estado se viu obrigado a intervir a fim de que um colapso do sistema fosse evitado. No entanto, a falta de uma sólida, consistente e constante política de intervenção do Estado, na economia, suprimiu um possível maior desenvolvimento do país. As intervenções esporádicas tiveram como efeito apenas postergar ao máximo o que se mostrava ser inevitável: uma grande crise de superprodução, com efeitos políticos e sociais – alude-se a isso a Revolução de 1930, quando a velha oligarquia vê sua superioridade política ser contestada e suprimida por novos grupos da elite brasileira.

3.2 A necessidade de salvaguarda estatal

A estrutura social do Brasil tem suas origens marcadas no antigo sistema político – a monarquia – e na dependência de mercados estrangeiros. Sendo assim, conforme argumenta TOPIK (1987, p.18), “a saúde da economia nacional dependia do êxito das exportações”. Durante essa fase, há de ser frisado que nem mesmo a ligação entre os estados de São Paulo e de Minas Gerais era estável:

A imagem de um bem-sucedido acordo “café com leite” entre São Paulo e Minas, um acordo de alternância da presidência entre os dois estados, não passa de uma idealização de um processo muito mais caótico e cheio de conflitos (p. 28).

Importante mencionar também o fato de que nenhuma das classes sociais detinha suficiente poder para que o Estado pudesse ser usado como uma ferramenta para a conquista e a manutenção de seus interesses. Ainda segundo TOPIK (1987):

Assim, nem os camponeses nem a classe operária ou a classe média tinham condições de provocar uma intervenção do Estado. A burguesia industrial e a parte não-exportadora da classe dominante geralmente uniam-se aos exportadores devido à importância fundamental do comércio internacional para a economia do país. E os produtores-exportadores geralmente eram favoráveis ao modelo do laissez faire (p.23).

Nem mesmo os banqueiros e os investidores estrangeiros posicionavam-se incondicionalmente a favor das intervenções do Estado. A falta de coesão entre essas diferentes classes em torno da necessidade do Estado impeliu, a partir das crises do café, uma maior presença do poder público, na economia do país. Mais do que isso, as crises financeiras foram as responsáveis pelas intervenções nos setores do café, das ferrovias e, até mesmo, das indústrias.

A primeira intervenção do Estado na economia ocorreu ainda durante o governo provisório dos militares Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Com a instabilidade política e econômica dos primeiros anos da república, o governo não teve outra escolha, a não ser cobrir o déficit crescente com emissão de papel-moeda inconvertível. Isso ocorreu devido à falta de credibilidade das contas nacionais para que algum empréstimo fosse concedido no exterior. A retração dos investidores estrangeiros, alarmados com a crescente instabilidade do país, teve como efeito danoso uma desvalorização acentuada da moeda nacional – o mil-réis. Somente no ano de 1892, essa fase de transição para a república foi atenuada, porém a herança desastrosa legada por dois anos de práticas econômicas inconseqüentes permanecera entranhada na política econômica do país.

No fim de 1893 o governo conseguiu consolidar sua posição no mercado financeiro com a fusão dos dois maiores bancos para a constituição do Banco da República, quando todos os outros bancos perderam o direito de emitir moeda (TOPIK, 1987, p.46).

O quarto presidente da República Velha, Campos Sales, como antes já mencionado, fora o responsável pela concessão de empréstimo europeu ao país, em um momento de extrema dificuldade do Tesouro Nacional. No entanto, o ano de 1896 é emblemático para o que o presente artigo propõe: as sucessivas crises do café e a necessidade do Estado salvaguardar a economia do país.

Em 1896 o café brasileiro enfrenta sua primeira dificuldade comercial: os preços declinam, estoques invendáveis começaram a se acumular. Estava-se diante de uma situação nova e inteiramente insuspeitada no passado: a superprodução (JÚNIOR, 1994, p. 221).

Todas essas dificuldades econômicas, quando somadas, tiveram como consequência a bancarrota do sistema, no ano de 1898. Indubitavelmente, um dos setores mais beneficiados por essa crise estrutural das finanças brasileiras fora a finança internacional. É nesse momento que o capital estrangeiro passou a fluir intensamente para o mercado brasileiro, chegando a controlar diversas áreas da economia do país. Infere-se, portanto, que a reforma do sistema bancário, promovida por Rodrigues Alves, teve como principal beneficiário, não o próprio Estado, mas sim os capitais norte-americano e europeu.

Apesar do crescimento do sistema bancário nacional e da luta permanente para financiar empréstimos externos, o governo tornar-se ia cada vez mais dependente dos capitalistas estrangeiros (TOPIK, 1987, p. 64).

Durante os governos de Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca, as solicitações dos produtores de café foram atendidas, na medida em que a moeda sofrera uma relativa desvalorização e o crédito por parte do Estado fora concedido de maneira mais acentuada. Diante da iminência da Primeira Guerra Mundial e da debandada de capitais estrangeiros, o presidente Wenceslau Brás, ferrenho opositor da intervenção, mudou de postura, adaptando-se à nova realidade econômica da época:

Sem dar ouvido às insistentes objeções dos seus predecessores, Brás abandonou o programa que tinha seguido desde 1891; o Tesouro voltou a emitir moeda sem lastro, chegando a quase dobrar o volume de dinheiro em circulação em poucos anos (TOPIK, 1987, p. 57).

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a atuação mais evidente do Estado, “resultou em bancos nacionais mais sólidos, com melhores condições de competir com seus concorrentes estrangeiros” (TOPIK, 1987, p. 58). Durante o conflito que se desencadeou, em território europeu, a diminuição das importações estimulou um pequeno, mas considerável, impulso industrial ao Brasil. Apesar dos poucos bens de capital produzidos em território nacional, o país passou a importar cada vez menos produtos agrícolas que antes não eram contemplados pela sua produção, porquanto a prioridade da economia brasileira era a exportação em grandes escalas de café, de borracha e de cacau.

Apoiada neste mercado, prévio e “externo” à indústria, e mediante a transferência de capital-dinheiro, de mão-de-obra e de capacidade de importar (excedentes reais e financeiros gerados pelo setor exportador), é como surge e se desenvolve a indústria maquinizada no Brasil. Esta não passa, pois, como no processo clássico de industrialização, pela via da acumulação “originária” e posterior transformação da manufatura em grande indústria. Dadas, porém, as próprias condições de formação desse mercado interno, surge apenas uma determinada grande indústria, a produtora de bens de consumo assalariados e, posteriormente, a indústria leve de bens de produção. Quer dizer, exclui-se de partida, na divisão interna do trabalho, o núcleo fundamental da indústria pesada de bens de produção (TAVARES, 1998, p.125).

Após o final da Primeira Grande Guerra, Epitácio Pessoa herdou a economia em uma situação calamitosa. Para sanar os problemas da diminuição da demanda pelos produtos primários brasileiros, durante o conflito, Pessoa concedeu aumento nos créditos aos produtores, por meio da Carteira de Redescontos. Já em 1923, sob a presidência de Arthur Bernardes, “o Congresso concedeu ao Banco do Brasil o monopólio das emissões. Com isso o banco ocupou o centro do sistema financeiro” (TOPIK, 1987, p.60). Todavia, esse mesmo presidente preferiu lutar contra a desvalorização da moeda nacional a combater a recessão que começava a assolar o país. Essa preferência na condução da política econômica do governo ocorreu devido ao objetivo de estabilizar a paridade do

mil-réis com padrão ouro. Assim como Bernardes, Washington Luís desejava expandir a concessão de crédito bem como manter as taxas de câmbio baixas a fim de que o padrão ouro fosse restabelecido, no Brasil.

A prosperidade de que gozava no decurso do conflito prolongar-se-á no pós-guerra, graças sobretudo à desvalorização da moeda e a emissões de vulto. Mas em 1924 inverte-se a situação: cessa a política de emissões, a moeda se revaloriza, e depois de algumas oscilações estabiliza-se a partir de 1927 (JÚNIOR, 2008, p.265-266).

Com a crise de 1929, a dependência da economia brasileira com relação ao mercado externo mostrou seus piores efeitos, pois, como afirma TOPIK (1987, p. 65), “Com a participação do Estado e os simples recursos do Banco do Brasil, a crise de 1929 não teve a mesma grave repercussão das crises de 1864, 1875 e 1900”.

Por fim, cabe frisar a importância das valorizações do café promovidas pelo próprio Estado brasileiro. Diante da dependência econômica do mercado brasileiro e da própria industrialização com relação aos preços dessa *commodity*, o Estado promoveu três valorizações dos preços do café. Com a perspectiva de grande safra para o ano de 1906, os governadores dos principais estados produtores de café – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais - reuniram-se para assinar o Tratado de Taubaté. Esse acordo propunha um empréstimo com aval federal para ser aplicado na compra do excedente de produção do setor cafeicultor. Apesar da oposição de muitos políticos, o então presidente, Afonso Pena, aprovou a medida, estabelecendo um importante precedente para futuras intervenções estatais na agricultura exportadora. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o preço do café no mercado externo sofreu violenta queda devido à diminuição na pauta de importações por parte das potências beligerantes. A respeito dessa Segunda Valorização do café, TOPIK (1987) afirma:

Com a violenta queda das exportações, por causa da Primeira Guerra Mundial, o governo federal não demorou tanto para acudir o setor quanto por ocasião das crises anteriores (p. 88).

No entanto, uma terceira valorização fora necessária para combater a queda vertiginosa dos preços da principal *commodity* brasileira. Ainda para TOPIK (1987, p. 90), “a terceira valorização seria parte de uma tentativa bem mais ampla de institucionalizar

intervenções federais na economia”. Não obstante, o que realmente denotou o rompimento com as premissas do liberalismo foi a política instituída pelo governo federal da Defesa Permanente³. Ademais, quanto mais vulnerável era o café às oscilações do mercado internacional, maior era a presença do Estado, justamente para poder intervir a favor do Brasil, nas contendas comerciais e financeiras com outros países.

O Estado liberal do Brasil decretou a primeira intervenção institucionalizada do Terceiro Mundo nos mercados mundiais e durante certo tempo controlou o preço de um dos mais negociados produtos primários do mundo (TOPIK, 1987, p.109).

4 CONCLUSÃO

Com o desfecho da Primeira Guerra Mundial, várias lideranças políticas passaram a reconhecer a importância de certa autonomia de alguns setores da economia brasileira.

O sentimento nacionalista, que viera à tona em torno de 1912, floresceria com o início da Primeira Guerra Mundial. O fervor patriótico, provocado pela guerra, motivaria o aparecimento de organizações cívicas cujo objetivo seria fortalecer e reformar o Brasil. A economia do Brasil, isolada dos investidores e dos mercados europeus, padecia de importantes insumos enquanto às forças armadas faltavam armamentos. O isolamento trouxe crescente compreensão da necessidade para maior auto-suficiência. O Estado passou a ser menos receptivo a capitais estrangeiros (TOPIK, 1987, p. 120).

Com o intuito não apenas de oferecer uma segurança maior à soberania nacional mas também de impulsionar a autonomia do setor exportador, as ferrovias passaram, gradativamente, a ser controladas ou arrendadas pelo Estado federal ou, até mesmo, pelos governos estaduais – como foi o caso de São Paulo.

³ “O inegável sucesso das operações valorizadoras foi acalentando a idéia de uma política de defesa permanente. Quer dizer, não mais a intervenção para impedir que os preços caíssem abaixo de um certo nível numa situação de crise, mas a destinada a manter o preço do café num patamar elevado” (MELLO, 1982, p.160).

Ao longo do tempo formara-se um consenso no sentido de que as ferrovias constituíam um elo central para o progresso econômico, a segurança nacional e a integração territorial. Esse consenso obrigou o Estado a assumir uma posição muito ativa (TOPIK, 1987, p. 149).

A respeito do impulso industrial, o Estado brasileiro também exerceu uma considerável influência. Principalmente a partir do início do mandato de Afonso Pena, as indústrias passaram a ocupar considerável espaço na política econômica do Estado. Com o aumento das indústrias, da proteção alfandegária, de modo que alguns bens de consumo fossem protegidos da difusão de mercadorias estrangeiras, e dos subsídios às exportações, a doutrina do *laissez faire* entrou, cada vez mais, em colisão com os setores produtivos da sociedade brasileira.

*Nas cidades, sempre potencialmente explosivas, muita gente estava empregada nas fábricas, o que impediria qualquer presidente de pensar seriamente em abandonar aquelas indústrias. Pedidos de socorro tinham sido comuns, tanto pela agricultura como pelo comércio e pelo sistema bancário, no fim dos anos 1890, com a queda dos preços do café, os fazendeiros solicitaram ajuda federal. Por causa dos interesses de grupos o *laissez faire* não era viável (TOPIK, 1987, p.163).*

O que se verifica, por conseguinte, é a incompatibilidade entre o *laissez faire* e as necessidades de desenvolvimento da economia brasileira, durante a República Velha. A considerar a extrema dependência de fatores externos, essa economia mostrava-se ainda mais vulnerável, quando o Estado se mantinha distante das demandas de produção e de preservação da economia doméstica, frente à “agressividade” com que os produtos estrangeiros eram inseridos, no mercado brasileiro. A relação dialética entre necessidades econômicas e premissas liberais era, nesse sentido, uma tensão constante, na economia da República Velha. A esse respeito, TOPIK (1987, p.110) comenta:

Durante toda a Primeira República o liberalismo prevalecia como ideologia predominante. O argumento era dialético: as intervenções tornavam-se necessárias para acabar com distorções no mercado e para permitir o livre jogo das forças de oferta e demanda. As intervenções eram consideradas momentâneas ou parciais e aplicáveis

principalmente ao café por causa de sua fundamental importância para a economia.

Sendo assim, o caso observado por este estudo – a República Velha – verifica a impossibilidade do liberalismo sustentar-se pelas suas próprias premissas. Apesar da implantação da república no Brasil ter vigorado sobre valores liberais, a própria economia de mercado teve de ser salvaguardada pelo Estado, de modo que os efeitos prejudiciais à economia exportadora brasileira, ainda em período de incipiente industrialização, fossem minimizados. Por mais que a industrialização brasileira tenha ocorrido sob a tutela dos capitais privados – nacionais e estrangeiros – a presença do Estado fora, pois, de suma importância, porquanto as contingências da economia liberal fizeram com que a sua presença fosse impreterível.

5 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

CARNEIRO, Ricardo. **Os Clássicos da Economia** (vol 1 e 2). São Paulo: Editora Ática, 1997.

CONCEIÇÃO TAVARES, Maria da. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. São Paulo: Global; Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

FURTADO, CELSO. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1985.

HAYEK, Friedrich. **O Caminho da Servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HUNT, Eduard. **História do pensamento econômico: uma visão crítica**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

LOBO, Roberto Jorge Haddock. **História Econômica Geral e do Brasil**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1975.

MAIA, J. De M. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELLO, João Manuel C. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

POSSAS, M. L. Empresas multinacionais e industrialização no Brasil: notas introdutórias. In: LUIZ GONZAGA BELLUZO; RENATA COUTINHO. (Orgs). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Ensaio sobre a Crise**. 1 ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1983, v.2, p.9-37.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira**: origens e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TOPIK, Steven. **A Presença do Estado na Economia Política do Brasil de 1889 a 1930**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1987.